

INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ALUNO APOIADOR COMO DINAMIZADOR DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Luciana Rodrigues Oliveira da Silva¹; Maria Zélia de Santana²

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Centro Acadêmico de Vitória
E-mail: lucii.rodriigues@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco. Centro Acadêmico de Vitória.
E-mail: mzeliasantana@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário, no contexto educacional de alunos com deficiência na educação superior tem sido bastante discutido, a nível nacional e internacional. No Brasil, o acesso e a permanência na educação, são de fato, uma questão social de extrema relevância, relevada no Art.5 da Constituição Federal de 1988, na qual garante a educação como um direito de todos. Todavia, o acesso à educação superior, ainda, não é visto na expressão de direito de todos. Contudo, não significa que os alunos com deficiência não tenham a possibilidade real de acesso.

Em sendo assim, com a chegada dos estudantes com deficiência nas instituições de educação superior, exigirá de as mesmas pensar em ações concretas que venham garantir a sua permanência. No caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Centro Acadêmico de Vitória (CAV), algumas experiências, nomeadamente, a proposta criada em 2017, nomeada de “Aluno Apoiador”, ação implementada pelo Núcleo de Acessibilidade (Nace/Setorial CAV) no sentido de garantia de permanência e que vem sendo reconhecida pelos avanços acadêmicos, de alguns dos alunos apoiados pelo programa. Nesse sentido, temos como objetivo socializar uma vivência acadêmica, a partir das ações do aluno apoiador com uma estudante apoiada do curso de Nutrição.

No Brasil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei de nº 9.394, de 1996, em seus capítulos III e V, vem tratar sobre o dever do Estado em relação a garantia do atendimento educacional especializado (AEE) que deverá, conforme a referida lei ser ofertado gratuitamente aos “educandos com necessidades especiais”, para isto, “serão necessários serviços de apoio especializado para atender às necessidades específicas de cada aluno” (BRASIL, 1996). Em se tratando da educação superior, podemos nos referir a Portaria 3.284 de 2003 que estabelece os “requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos”, condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior com quebras de barreiras como garantia de permanência (BRASIL, 2003, p1).

O Plano Nacional de Educação, decênio de 2014 – 2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, vem estabelecer entre diversas diretrizes, por meio de metas à serem alcançadas, com foco em questões que trata da superação das desigualdades educacionais, formas de discriminação, respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, como forma de garantir o acesso e a permanência do aluno com deficiência na escola inclusiva. (BRASIL, 2014).

Embora existindo um conjunto de marcos legais bastantes expressivos, seja no âmbito nacional e/ou internacional, tratando sobre a garantia do acesso e da permanência do estudante com deficiência na educação superior, este tem sido um grande desafio para as instituições universitárias. Assim, faz-se necessário a implementação de mudanças em suas políticas institucionais, visualizadas por meio de quebras de barreiras, desde as barreiras atitudinais até o contexto pedagógico com aparecimento de programas e projetos específicos, para além de recursos e apoios individualizados ao Ecd¹ (Estudante com deficiência), no sentido da facilitação do desenvolvimento da aprendizagem como forma de garantia de permanência (SANTANA, 2016).

Nessa conjuntura, a instituição de educação superior, nomeadamente a universidade, definida como instituição social, diferenciada e autônoma (CHAUI, 2003), precisa atribuir o seu papel social como um ambiente de discussão em prol da acessibilidade do Ecd a educação superior, objetivando transformações para a concretização de um novo paradigma de política educacional com base inclusiva (SANTANA, FERNANDES, 2014).

Em sendo assim, o acesso e a permanência do Ecd na educação superior deverá constituir meta a ser alcançada por todas as instituições universitárias, com base na garantia de direito a educação, no sentido democrático da educação defendido por Chauí (2003) ao afirmar que as universidades deverão de colocar contra a exclusão social e privatização dos conhecimentos, promovendo o acesso de todos a uma educação superior pública e de qualidade.

Neste caso, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Centro Acadêmico de Vitória (CAV), vem atuando no sentido de garantir tanto o acesso por intermédio das cotas, como também a garantia de permanência com a criação de uma proposta de aluno apoiador, objeto de nossa socialização de experiência.

METODOLOGIA

O projeto intitulado “Aluno Apoiador” implementado pelo Nace Setorial (Núcleo de Acessibilidade do CAV), vem desenvolvendo uma proposta de atuar diretamente com os alunos com deficiência e de transtorno, com início em 2018.1, que tem como principal objetivo criar práticas que possibilitem a permanência dos Ecd’s nos cursos escolhidos. Entre as várias atribuições elencadas para atuação do aluno apoiador, as ações que garante a permanência, tornam-se o ponto principal para o trabalho a ser desenvolvido junto ao estudante apoiado.

A presente experiência tem como foco uma aluna do curso de Nutrição que tem em seu diagnóstico um perfil de pessoa com dislexia, caracterizado como sendo um transtorno de leitura e escrita, associado a problemas de processamento auditivo (TDAH).

Para o atendimento individual, os encontros entre apoiador e apoiado são realizados na sala do NACE (Núcleo de Acessibilidade do CAV), como também na própria sala de aula que a aluna esteja frequentando as aulas m determinado dia. É feito um cronograma de atendimento

¹ Termo usado conforme o documento, no entanto utilizamos a expressão estudante com deficiência respeitando-a.

de três encontros semanais, em comum acordo para não prejudicar tanto o aluno apoiado, quanto o aluno apoiador. O tempo para cada atendimento dura em média 2 horas. No período de 2018.1, foram trabalhados os conteúdos das disciplinas: Bioquímica, Políticas Públicas e Anatomia. Já em 2018.2, os conteúdos trabalhados estão sendo das disciplinas de Genética Humana, Fisiologia Geral e Parasitologia.

Recorre-se ao uso de metodologias interativas e participativas, por parte da aluna, utilizando de diversos recursos didáticos, a exemplo de quadro, notebook e objetos que facilitem a assimilação do conteúdo. Também é utilizado, em comum acordo com os professores e na responsabilidade do NACE, o uso dos *slides* que são disponibilizados por alguns professores para uma revisão do assunto dado.

Entre as diversas atividades, algumas merecem destaques pelo resultado positivo apresentado, nomeadamente, a ajuda na confecção de *slides* para que a Ecd possa apresentar os seminários em sala, ensaios para apresentação dos seminários, resolução de exercícios passados pelos professores, participação em sala de aula junto com a aluna para entender as dificuldades em alguns conteúdos, entre outros.

As atividades aplicadas são pensadas, a partir dos diversos estudos vivenciados em universidades, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que em sua página oferece diversas propostas pensadas para atender o aluno com deficiência, por meio do programa aluno apoiador. Também servem de referência diversos documentos legais que orientam em relação à atuação, frente ao estudante com deficiência, a exemplo do Decreto n° 3.298/99 (BRASIL, 1999) no qual vem tratar sobre as adaptações que devem ser oferecidas pela educação superior, sendo de caráter obrigatório o auxílio a todos que tenham necessidades específicas. Outro importante documento que merece destaque e que temos como referência é o Decreto n° 5.296/2004 que traz em sua emenda o direito a instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptadas para favorecer a autonomia no processo de aprendizagem dos Ecd's.

Embora reconhecendo a importância dos referenciais normativos, no caso da estudante, é interessante, e de grande importância ressaltar que antes de receber o apoio específico, por meio da proposta do aluno apoiador até o semestre de 2018.1, a estudante em questão, teve bastantes dificuldades, ocasionando em algumas reprovações, além de um alto estímulos baixos, em todos os aspectos, seja social, cognitivo, emocional, etc. Outro aspecto que merece destaque e que favoreceu ao bom desempenho da estudante, foi a apropriação do (re)conhecimento de suas limitações ocasionadas pelas condições do transtorno e suas especificidades, bem como o reconhecimento dos seus direitos.

Outro serviço de apoio pessoal que se coloca a disposição da estudante, financiado pela universidade, são os atendimentos psicológico, psicopedagógico e psiquiátrico, em convênio com a UFPE o que tem elevado o desenvolvimento biopsicossocial da estudante.

Também foi concedida uma bolsa administrativa para que a referida aluna pudesse atuar diretamente no Núcleo de Acessibilidade (CAV/UFPE) como protagonista das lutas por direitos, no qual frequenta diariamente, com uma carga horária de vinte horas, o que tem atuado ajudando nas orientações aos docentes.

Por meio de todos esses apoios, atualmente, a aluna tem melhorado seu desempenho nas notas, além do crescimento emocional e o empoderamento na luta pelos direitos dos Ecd's dos diversos cursos do CAV.

Com o intenso trabalho de divulgação e apoio dado pelo NACE e a presença do aluno apoiador em sala de aula, alguns professores passaram a modificar suas estratégias de ensino e avaliação, diferenciando e adaptando alguns recursos de modo que possam ajudá-la no processo de ensino-aprendizagem, embora reconhecendo que são necessárias algumas adaptações, que serão discutidas entre apoiador, apoiadas e docentes.

Reconhecemos que é bastante recente a abertura de cotas para alunos com deficiência na universidade e que professores, técnicos e toda comunidade acadêmica devem se capacitar para atender as necessidades específicas de todos os estudantes, entre eles os Ecds. É fator positivo nesta aluna, uma evolução bastante significativa na linguagem oral e escrita, além da formação e construção de ideias.

Os atendimentos ocorrem nos espaços da própria universidade, sendo utilizadas as estruturas oferecidas para qualquer aluno. Abaixo segue imagem de um momento de atendimento realizado no próprio espaço do Nace, localizada na biblioteca do CAV.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em meio a esse pouco tempo de atuação do projeto, é notório que já há mudanças positivas na vida acadêmica e pessoal da estudante, bem como do próprio aluno apoiador, pois é um exercício de troca, uma via de mão-dupla, onde existe ampliação de conhecimentos, desenvolvimento pessoal, construção de um saber crítico e reflexivo; além da melhora das notas em avaliações, sejam por meio das demais atividades realizadas pelos docentes, dentro do processo de ensino aprendizagem.

A estudante do curso de Nutrição, pela primeira vez, conseguiu ser aprovada em todas as disciplinas que recebeu apoio, por meio da atuação dos estudantes apoiadores e isso nos traz uma certeza de que estamos no caminho certo. Sabemos que não é uma jornada fácil, mas não há melhor sensação que os frutos e sorrisos trazidos, a partir deste projeto.

É sabido, que para um Ecd progredir academicamente é necessário dar-lhe apoio emocional e pedagógico, no entanto, ter conhecimento sobre suas limitações, sentir que não está sozinho, discutir quanto aos seus direitos, isso muda tudo. Só assim, fazemos valer o paradigma de uma educação inclusiva, ou seja, unindo as diferenças, fazendo a diferença e se complementando nas mais distintas ações.

O que nos faz crê que o estímulo dado sistematicamente, o apoio de alguns professores e o desejo da aluna, faz com que ela passe, a cada etapa, se desenvolver nos variados aspectos, levando-nos a perceber que a estudante com diagnóstico de dislexia tem um grande potencial, e que por meio das ações do Nace, por meio do aluno apoiador, foi visível o crescimento da estudante e dos demais alunos.

Vale ressaltar que algumas dificuldades permanecem e interfere no processo, a exemplo das condições emocionais e condições físicas da estudante, em alguns casos ela tem que faltar às aulas, pela falta do medicamento e do tratamento. Todavia, até o momento, a aluna tem atuado de modo bastante significativo nas atividades acadêmicas, de militância e nas ações administrativas como bolsista.

CONCLUSÕES

Em virtude dos fatos mencionados, este estudo nos leva a refletir que a educação inclusiva é uma realidade indiscutível, e os docentes devem se mobilizar, cada vez mais, quanto a algumas medidas que devem ser tomadas, como mudanças e adequações nas estratégias de ensino, diferentes formas de avaliação, para que não prejudique o Ecd., reconhecendo desta forma, seus limites e respeitando seus direitos.

Além disto, destaca-se a importância de um apoio pedagógico e emocional para um aluno com deficiência no ensino superior, e isto implica justamente na garantia do acesso de sua permanência à universidade. Assim, podemos reconhecer o grande papel do Projeto Aluno Apoiador, implementado pelo NACE - Núcleo Setorial do CAV, enquanto política institucional.

As universidades precisam pensar efetivamente em políticas institucionais que venham favorecer diretamente os Ecds e que o caminho da permanência e, em especial exigirá a atuação de todos os envolvidos na ação acadêmica, em especial os docentes. Assim, será necessário o trabalho efetivo do Nace nas orientações e implementações de propostas que venham dirimir os problemas enfrentados pelos estudantes com deficiência na educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Regulamenta as Lei nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considera a necessidade de assegurar alunos com deficiência físicas e sensoriais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 de julho. 2018.

BRASIL, Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Regulamenta as Lei nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 2.306, de 19 de agosto de 1997, considera a necessidade de assegurar deficientes físicos e sensoriais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 12, Seção 1, 11 nov. 2003.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp.5-14, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 24 de julho. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Paris: UNESCO, 1994.

SANTANA, M. Zélia de, FERNANDES, GOMES, **Dispositivos legais: educação superior e inclusão da pessoa com deficiência (Pcd) no Brasil**. In: XI Colóquio sobre questões curriculares; VII Colóquio Luso-Brasileiro e I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares. Braga: Portugal, 2014, p. 609 -615.

SANTANA, M. Z. de. **Políticas Públicas De Educação Inclusiva Voltada Para Estudante Com Deficiência Na Educação Superior: O Caso Da Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)**. 2016. p. 250. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco 2016. [Orientador: Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes].